

Marinho, Josaphat

É INCOMPREENSÍVEL
QUE OS POLÍTICOS
E O CONGRESSO NACIONAL
CONTINUEM SE
DESGASTANDO NO SECUNDÁRIO
EM PREJUÍZO DO PRINCIPAL

O institucional e o ocasional

Terminada a luta pelo comando das Casas do Congresso Nacional, com vitoriosos satisfeitos e derrotados surpreendidos ou inconformados, e cessada a agitação do carnaval, é tempo de refletir sobre os problemas do país. Não é instantâneo o retorno à ponderação. A refrega parlamentar deixa seqüelas, e a folia, bolsos vazios. Aos poucos é que se retomará o leito da normalidade, com o pensamento voltado para as dificuldades nacionais. Tais dificuldades são muitas: do meio rural ao urbano, da educação à saúde, da insegurança pessoal à coletiva, do dado político ao econômico, da pobreza à miséria. Estabelecer prioridade entre esses problemas é tarefa delicadíssima. Cuidar de todos é dever intransferível do Estado. Não é possível tomá-los na devida consideração se o espírito de competição ou de animosidade entre pessoas, no meio político, não experimentar ampla e segura correção. É preciso que prevaleça o dever público sobre a paixão individual ou política.

A insegurança deslocou-se dos lares e das ruas para as penitenciárias, agravando a intranqüilidade geral. A ameaça de fuga em massa de criminosos altamente perigosos gera perigo à incolumidade das pessoas e a seu patrimônio material. Demais, o esvaziamento das prisões, por ato de insubordinação e violência, enfraquece o mecanismo administrativo e policial, expondo-o a fraturas extremamente prejudiciais a sua autoridade e à ordem pública. Se agora não houve deserção em São Paulo, não se há de presumir que seja sempre assim, lá ou em outro estado. Cumpre lembrar que há estados sem os mesmos recursos fi-

nanceiros e de pessoal especializado, para a ação rápida e eficiente. De qualquer modo, o risco potencial é extensivo a todo o país, sobretudo quando se apurou a articulação havida entre várias prisões.

Ao lado disso, continua o problema dos sem-terra, com intensidade maior ou menor em diversas regiões. A dormência de um dia ou de um período pode converter-se na agitação de outros momentos, porque não está definitivamente equacionada a questão agrária. Desse ângulo, ainda ocorre a indeterminação de áreas indígenas, como nas relativas aos Pataxós na Bahia, onde já se verificaram incidentes e outros mais graves poderão sobrevir. E a solução definitiva a ser dada envolve a situação de um sem número de fazendeiros, que alegam invasão de suas propriedades. São fatos complexos, suscetíveis de desdobrar-se em múltiplas demandas, compreendendo a responsabilidade do estado e a paz social. Insatisfação declarada ou latente existe, portanto, em vários espaços da sociedade, inclusive no campo da educação e da saúde. Recentemente, o presidente da República experimentou constrangimento provocado por universitários de Mato Grosso.

De maior gravidade, por sua extensão, é o mal-estar corrente pela demora na efetivação da reforma tributária, da reforma do Poder Ju-



POR
JOSAPHAT
MARINHO

diciário e da reforma política. São de importância inquestionável as mudanças que devem resultar dessas três reformas. A reforma tributária, reduzindo impostos e taxas, beneficiará os cidadãos em geral. Além disso, promoverá a redistribuição de rendas entre a União, os estados e os municípios, devendo concorrer para o equilíbrio financeiro necessário na federação. No regime atual, estados e municípios entraram em crise acentuada, que perturba até, em muitos deles, o pagamento regular de salário dos servidores públicos. A demora na aprovação das mudanças no aparelho judiciário é de notória inconveniência. Todos reconhecem a necessidade de inovações, alguns até acusam parcialmente a Justiça, mas a reforma não se transforma em lei. Por fim, atrasa-se a reforma política. A urgência dela retratou-se agora mesmo nas eleições para escolha dos presidentes da Câmara e do Senado. Se uns partidos se afirmaram, a duras penas, outros estamparam sua fraqueza, ou seguiram descaminhos lamentáveis. As regras permanentes foram desprezadas. O ocasional atropelava o institucional.

Diante do caráter aflitivo de todos esses problemas, é incompreensível que os políticos e o Congresso Nacional continuem se desgastando no secundário, em prejuízo do principal. O sofrimento coletivo é muito profundo e prolongado para que continue em plano inferior ao das divergências e ambições políticas.

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS

